

Conselho de Auditoria

Parecer do Conselho de Auditoria

sobre o

Relatório de Gestão e Contas da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa

- Exercício de 2025

1. O Conselho de Auditoria (CdA) emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas de 2025, apresentadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 17.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.
2. Durante o ano de 2025, o CdA acompanhou a atividade da SCML e dos seus departamentos, mediante a apreciação da documentação financeira e outra referente às respetivas atividades, tendo, igualmente, acompanhado assuntos objeto das atas das sessões da Mesa e regularmente efetuou diferentes pedidos de informação e de esclarecimentos, bem como reuniu e interpelou diferentes responsáveis, em especial, membros da Mesa, da área financeira e da auditoria interna, bem como o auditor externo.
3. O CdA, nos pareceres anteriores a 2024, considerou indispensável pronunciar-se sobre diferentes domínios da atividade da SCML atenta a sua criticidade e a falta de divulgação de informação adequada. A partir desse ano e tendo em conta as reformas encetadas pelo atual Provedor e Mesa da SCML sobre esses domínios, quer no plano de reestruturação, quer do plano de desinvestimento, documentos que, igualmente, acolheram as recomendações pretéritas do Conselho, este órgão passou a acompanhar esses resultados e reunir com a Mesa sobre a respetiva evolução, a qual decorre, globalmente, como planeado e de forma positiva.
4. Quanto às recomendações formuladas, incluindo, nos dois últimos pareceres sobre os Relatórios de Gestão e Contas, verifica-se um avanço relevante na resposta às preocupações expressas pelo Conselho, evidenciando um esforço de sistematização, de reforço de controlos internos e de correção de opções de gestão com impacto material na situação económico-financeira da SCML, sublinhando-se positivamente:

Conselho de Auditoria

- (i) a consolidação e execução, quer do “plano de reestruturação” e da sua monitorização adequado, quer do “plano de desinvestimento” na internacionalização dos jogos, com a quantificação atualizada dos encargos, reconhecimento contabilístico das provisões e acionamento de acompanhamento jurídico especializado;
 - (ii) a clarificação e reforço do modelo de governação, com desenvolvimento das funções de *compliance*, gestão de risco e auditoria interna, na concretização de recomendações recorrentes do CdA;
 - (iii) a densificação da regulamentação em áreas críticas (apoios, património imobiliário, fundos de pensões, limites de exposição à banca; e
 - (iv) o reforço dos mecanismos de transparência na atribuição de apoios e na prevenção de duplo financiamento, bem como o avanço no “Programa de Cumprimento Normativo” em matéria de prevenção da corrupção e proteção de denunciante, igualmente na concretização de recomendações do CdA.
5. Estes desenvolvimentos vão em linha com recomendações emitidas, ainda que, em domínios estruturantes, a sua plena efetividade dependa da continuidade na implementação dos referidos planos e da sua monitorização regular.
6. No que concerne aos Relatórios de Gestão e Contas de 2025 (Consolidado e do Departamento de Jogos), aprovados por deliberação da Mesa de 31 de março de 2026, incluem as demonstrações financeiras da SCML e Departamento de Jogos – v.g.: balanço, demonstração dos resultados por natureza, demonstração das alterações dos capitais próprios, demonstração dos fluxos de caixa e correspondentes anexos.
7. No Relatório e Contas Consolidado, são apresentadas as contas do exercício de 2025 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Departamento de Ação Social e Saúde (DASS), Departamento de Empreendedorismo e Economia Social (DEES), Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP), Direção da Cultura, (DC), Hospital Ortopédico de Sant’ Ana (HOSA), Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA), Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA), Unidades de Missão e Serviços Instrumentais.
8. O CdA analisou, também, o Relatório e Contas de 2025 do Departamento de Jogos (DJ), que obteve parecer favorável do Conselho de Jogos e aprovação pela Mesa da SCML em 31 de março de 2026. Reiterando-se, formalmente, a observação da importância de uma mais célere apresentação e aprovação dos Relatórios e Contas anuais.

Conselho de Auditoria

9. O CdA acompanhou a atividade do Gabinete de Auditoria Interna e os resultados das ações de auditoria aprovadas pela Mesa em 2025, período em que se relevam os resultados das auditorias realizadas a procedimentos de contratação pelo DJ e sobre a execução do plano de reestruturação, salientando a relevância e objetividade dos resultados obtidos, pelo que o Conselho reitera a importância do reforço dos meios do Gabinete e dessas ações de auditoria, em especial, junto das áreas dos jogos e património.
10. O CdA apreciou, também, os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos, relativos às contas da SCML do exercício de 2025, bem como os Relatórios de Auditoria relativos a 31 de dezembro de 2025, os quais foram emitidos na modalidade de “*sem reservas e com uma ênfase*” no que se refere à SCML (Consolidado) e “*sem reservas e sem ênfases*”, mas com referência a Outras Matérias, no que se refere ao Departamento de Jogos.
11. **Em relação às contas da SCML relativas ao exercício de 2025**, releva-se que o resultado líquido de 2025 registado nas contas da SCML, sem o Departamento de Jogos, foi positivo em 43,6 milhões de euros (em 2024 foi de 30,3 milhões), o que permitiu reforçar o capital próprio para 738,7 milhões de euros.
12. O incremento de 13,3 milhões de euros no resultado líquido apurado, decorreu, no essencial, de:
 - i) Variações favoráveis nas Vendas e Prestações de Serviços, cerca de 6 milhões de euros.
 - ii) Perdas Imputadas de Subsidiárias, cerca de 5,6 milhões de euros.
 - iii) Imparidades de Dívidas a Receber, cerca de 0,8 milhões de euros, nas Provisões cerca de 6,3 milhões de euros.
 - iv) Aumentos do Justo Valor, cerca de 8,9 milhões de euros.
 - v) Rendimentos dos Jogos Sociais, variação cerca de 8,2 milhões de euros.
 - vi) Aumento dos Gastos com Pessoal, em cerca de 19,4 milhões de euros.
13. Por seu lado, a tesouraria registou um aumento de 38,5 milhões de euros, fundamentalmente devido aos resultados: da Atividade Operacional, 32,7 milhões de euros; da atividade de investimento de cerca de 6 milhões; e ao resultado negativo da atividade de financiamento de cerca de 0,2 milhões de euros.

Conselho de Auditoria

14. **Relativamente às contas do Departamento de Jogos do exercício de 2025**, releva-se que os resultados obtidos apresentam um aumento de cerca de 24,5 milhões de euros, face ao ano anterior.
15. O resultado líquido global do Departamento de jogos atingiu 708,8 milhões de euros, (em 2024 foi de 684,3 milhões de euros). Para este aumento contribuíram fundamentalmente uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos, cerca de 11,8 milhões de euros e um aumento dos Outros Rendimentos de cerca de 14,2 milhões de euros. As vendas líquidas de jogos sociais registaram somente um aumento de cerca de 2,1 milhões de euros (790,9 milhões de euros, face a 788,8 milhões de euros em 2024).
16. Para o volume de vendas do Departamento de Jogos registado em 2025, contribuíram os jogos seguintes: a lotaria instantânea com 60%, as apostas mútuas com 25%, o placard com 12,2% e a lotaria nacional com 2,8%.
17. Dos resultados apurados pelo DJ no exercício de 2025, no montante de 708,8 milhões de euros, foram distribuídos aos beneficiários legais cerca de 701,7 milhões de euros, o que representou um aumento de 4,2% relativamente ao ano anterior.
18. A diferença entre o resultado apurado (708,8 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (701,7 milhões de euros) corresponde, essencialmente, ao valor retido para reforço do Fundo de Renovação de Equipamento e Material (FREM) no montante de cerca de 7,3 milhões de euros.
19. No exercício de 2025, em síntese, evidenciam-se, designadamente:
- i) a contínua e elevada concentração da receita proveniente do jogo vulgarmente designado de “raspadinha”, 60% da receita total dos jogos;
 - ii) a contração das vendas em alguns jogos relevantes (Placard, menos 9,9%, EuroDreams, menos 13,3%);
 - iii) a diminuição dos gastos operacionais (de 127 para 102 milhões de euros) e a consequente melhoria da eficiência de exploração (3% das vendas brutas).
20. **Por sua vez, quanto à execução orçamental da SCML**, as Receitas Correntes atingiram o montante de 308,4 milhões de euros, mais 4,9% do verificado em 2024 e menos 2,7% do que o previsto no orçamento para 2025. Essas receitas provêm, essencialmente, dos rendimentos dos jogos sociais (206,9 milhões de euros, 67,1% do total), registando um crescimento face ao ano anterior de 4,1%.

Conselho de Auditoria

21. Relativamente às Despesas Correntes, atingiram o montante de 266,2 milhões de euros, mais 4,9% do que em 2024 e menos 0,89% do valor orçamentado para 2025.
22. Da comparação entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes obteve-se um Saldo Corrente de cerca de 42,2 milhões de euros, superior ao de 2024 em cerca de 2,2 milhões de euros.
23. As Receitas de Capital atingiram 13,8 milhões de euros, as Despesas de Capital atingiram 15,3 milhões de euros, sendo o saldo de capital negativo em 1,5 milhões de euros.
24. O saldo global (corrente e de capital) foi positivo em 40,7 milhões de euros, superior ao orçamentado que era de 33,7 milhões de euros. Decorre de um saldo corrente de 42,2 milhões de euros e de um saldo de capital ligeiramente negativo de 1,5 milhões de euros.
25. **Quanto aos setores de atividade, continua a revelar-se pertinente especificar os resultados no setor**, atenta a recorrência de resultados negativos, bem como os desafios exógenos que enfrenta, a saber:
 - a) Hospital Ortopédico de Sant’Ana – negativo de 8,3 milhões de euros, (em 2024 negativo de 8,9 milhões de euros).
 - b) Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão – negativo de 3,6 milhões de euros, (em 2024 negativo de 4,7 milhões de euros).
 - c) Escola Superior de Saúde do Alcoitão – negativo de 1,3 milhões de euros, (em 2024 negativo de 1,2 milhões de euros).
26. **No setor da saúde**, releva-se, ainda, a participação no Hospital da Cruz Vermelha, desde 2022, o financiamento realizado no montante de 20,8 milhões de euros e a existência de “Cartas de Conforto/garantias bancárias”) a favor de instituições de crédito no montante de 13,8 milhões de euros. Sublinha-se que as perspetivas de recuperação são reconhecidas pela própria SCML como “muito reduzidas”.
27. Em 31 de dezembro de 2025, o HCV apresentou um resultado negativo de 3,8 milhões de euros, tendo aumentado o prejuízo em 240,5 mil euros face ao exercício de 2024. Este resultado não decorre da própria atividade em si, o qual melhorou em 2025, mas da variação ocorrida na contabilização dos Ativos por “Impostos Diferidos”.
28. Verifica-se a continuada dificuldade na gestão do HCV e o seu contributo negativo para as contas e a atividade da SCML. Sobre a integração do HCV no património da SCML,

Conselho de Auditoria

oportunamente, o CdA considerou importante ser prestado um efetivo e documentado esclarecimento, repensada a manutenção dessa participação e a avaliação estratégica do setor. Este entendimento do Conselho foi reforçado por posição institucional sobre a falta de racionalidade dessa participação, emitida durante o mandato da penúltima Mesa, observando-se relevante a “reavaliação das opções estratégicas” pela atual Mesa.

29. **No domínio da internacionalização do jogo** e tendo em conta a informação disponível, os gastos totais associados ascendem a 37,3 milhões de euros, ao qual acrescem, a 31/12/2025, responsabilidades adicionais identificadas no Plano de Desinvestimento, no montante de 27,9 milhões de euros (9,4M€ de passivos sob a forma de empréstimos e 18,5M€ de responsabilidade contingentes), refletindo o custo global estimado, da internacionalização e extinção dessa atividade, de cerca de 65,2 milhões de euros, o qual pode aumentar em resultado de responsabilidades adicionais ainda não determináveis.

30. **Relativamente ao património imobiliário gerido pela SCML**, em 31 de dezembro de 2025, totalizava 661 imóveis com a composição e natureza seguintes: 264 prédios urbanos; 155 prédios rústicos; 209 frações dispersas e 33 terrenos para construção.

31. Dos 264 prédios urbanos, 61 estavam afetos à atividade, 191 ao rendimento e 12 à atividade e rendimento. Relativamente a outros prédios, 25 encontravam-se arrendados 25 e 44 cedidos. Observa-se a proatividade na gestão deste património pela atual Mesa.

32. **Relativamente aos procedimentos de contratação em 2025** e de acordo com a informação disponibilizada, apresentam-se, em resumo, os resultados no quadro seguinte:

Tipo de Procedimento	Número	Percent. %
Ajuste Direto	106	7,9
Concurso Público	967	72,2
Consulta Prévia	33	2,5
Conc. Limitado – Prévia Qualif.	5	0,4
Contratação Excluída - €5000	228	17,0
Total	1.339	100

33. Da análise do quadro acima e comparativamente com os dados relativos ao ano anterior, releva-se negativamente o aumento do número de ajustes diretos (83 em 2024) e, de forma positiva, o aumento do número de procedimentos relativos a concursos públicos, (749 em 2024), reforçando os princípios da concorrência e da transparência.

Conselho de Auditoria

34. **Por sua vez, em 2025, no domínio dos “Fundos”**, entende-se oportuno observar que pela análise efetuada a partir dos estudos atuariais, levados a efeito por entidades independentes, atentas as responsabilidades com benefícios de reforma, o “justo valor” dos ativos do “Fundo de Pensões” aumentou, aproximadamente, 823 mil euros.
35. No final de 2025, aquele fundo apresentava valor negativo em cerca de 3,6 milhões de euros (menos 9,0 milhões de euros em 2024), face às responsabilidades atuais com complementos de pensões para que foi constituído. Apesar da melhoria da situação em 2025, continua a revelar-se insuficiente face às responsabilidades, situação que requer continuado acompanhamento e, eventual, necessidade de reforço do respetivo património.
36. Por fim, sublinha-se a profícua cooperação com o Provedor e a Mesa no acompanhamento de diferentes assuntos, em especial, da evolução dos resultados dos planos em curso, da execução orçamental e das recomendações do CdA.

Observações finais e recomendações

37. Para além das análises e opiniões, na especialidade, formulados ao longo do presente parecer, o relatório e contas da SCML de 2025, suscita as observações e recomendações seguintes:
38. Não obstante a evolução ocorrida em 2025, subsistem riscos, designadamente a forte dependência estrutural e concentração das receitas do jogo, o crescimento estrutural da despesa com pessoal, os desvios orçamentais na saúde e a necessidade de assegurar um nível de investimento que não comprometa a capacidade de resposta no futuro.
39. Em termos setoriais, as principais áreas de despesa corrente continuam a ser a Ação Social (54,7% do total) e a Saúde (24,8%), em resultado da missão da SCML, pelo que a articulação entre o esforço financeiro nestas áreas e as receitas próprias (prestação de serviços, protocolos com o ISS, rendas de património e outras receitas) deve constituir, por isso, um ponto de atenção permanente por parte dos diferentes órgãos de gestão.
40. No domínio do investimento (despesa de capital), o valor realizado em 2025 (15,3 milhões de euros) representa um decréscimo significativo face a 2024 (menos 7,3 milhões de euros, cerca de 32,3%), enquanto a receita de capital aumenta de 4,8 para 13,8

Conselho de Auditoria

milhões de euros, resultando, ainda assim, num saldo de capital negativo de 1,5 milhões de euros, mas melhor do que nos anos anteriores.

41. Este ajustamento contribui para o reforço conjuntural do saldo global, mas suscita uma interrogação quanto à execução dos projetos estruturantes em áreas como equipamentos sociais, infraestruturas de saúde, reabilitação de património e modernização tecnológica, pelo que importa assegurar que a contenção do investimento não compromete, a prazo, a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços.

42. Subsequentemente, relevam-se os aspetos seguintes:

- i) a dependência estrutural da instituição das receitas provenientes dos jogos sociais, domínio sujeito à crescente concorrência de jogos comerciais e online, bem como das fragilidades regulatórias e de controlo desses jogos pelo Estado;
- ii) o tendencial crescimento estrutural das despesas com pessoal, as quais devem ser mitigadas com ganhos de eficiência organizacional;
- iii) o desvio relevante das receitas da área da saúde face ao orçamento, exigindo adequada avaliação e mitigação de condicionantes exógenas; e
- iv) o risco de subinvestimento em determinados ativos e sistemas, se a política de investimento permanecer contida.

43. Termos em que se recomenda ao Provedor e à Mesa:

- a) a prossecução de uma gestão rigorosa e prospetiva, com particular atenção ao aprofundamento da monitorização da evolução das receitas dos jogos sociais ao longo do ano e a adoção de medidas oportunas para a recuperação dos diferentes fluxos de receitas;
- b) o adequado acompanhamento da execução orçamental nas áreas da saúde e da ação social, por forma a mitigar desvios face ao orçamentado;
- c) o adequado planeamento e execução do investimento de capital em função de prioridades estratégicas; e
- d) o acompanhamento e mitigação dos impactos financeiros das opções no domínio dos recursos humanos.

44. Reitera-se a importância da continuada execução dos planos de reestruturação e desinvestimento, incluindo, para a efetiva concretização dos objetivos subjacentes às recomendações do CdA.

Conselho de Auditoria

Conclusão

Atento o exposto nos pontos anteriores e a conclusão do auditor externo sobre os Relatórios de Gestão (Consolidado e do Departamento de Jogos) que se transcreve, “Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação neles constantes é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais”, e a opinião emitida “Sem reservas e com uma ênfase”, no que respeita à SCML Consolidada e “Sem reservas e sem ênfases” e com “Outras Matérias” no que concerne ao Departamento de Jogos, o Conselho de Auditoria emite parecer favorável sobre os relatórios e as contas anuais de gerência de 2025, bem como sobre a proposta de aplicação do resultado.

Lisboa, em 31 de março de 2026.

O Conselho de Auditoria,

Presidente: Vítor Miguel R. Braz

Vogal: Ana Marta Carreira

Vogal: António Maria Velez Belém